



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

08/07/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Preços da cesta básica aumentam mais que a inflação em todo o país

Os preços dos produtos da cesta básica, calculados pelo Dieese, seguem sua tendência de alta. Em junho, o valor subiu em nove das 17 capitais pesquisadas.

A situação se repete no acumulado em 12 meses, com a cesta mais cara nas 17 cidades pesquisadas. Em todos os casos, o aumento supera a inflação oficial, medida pelo IPCA (11,73%). As altas vão de 13,34% (Vitória) a 26,54% (Recife). Em São Paulo, onde a elevação foi de 23,97%, está a cesta básica mais cara de junho, calculada em R\$ 777,01. O menor valor foi apurado em Aracaju (R\$ 549,91).

Assim, com base na cesta mais cara, o Dieese calculou em R\$ 6.527,67 o salário mínimo necessário para as despesas básicas de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças). Ou 5,39 vezes o piso oficial (R\$ 1.212). Essa proporção a mesma em maio e de 4,93 vezes há um ano.

O trabalhador que ganha salário mínimo comprometeu 59,68% de sua renda líquida com os produtos da cesta básica. Mais do que em maio (59,39%) e do que em junho do ano passado (54,79%). O tempo médio de trabalho para comprar todos os produtos aumentou para 121 horas e 26 minutos.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 07 de julho.

Inflação consolida novos hábitos de compra no supermercado

Mudança na frequência de idas ao supermercado, redução do número de produtos no carrinho e restrição de supérfluos, comportamentos típicos dos períodos de inflação e aperto na renda parecem ter se consolidado no varejo no primeiro semestre.

Segundo a Dotz, empresa de acúmulo de pontos em programas de fidelidade, a frequência de ida às lojas subiu 9%, com uma média 15% menor de produtos no carrinho em maio, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

O preço médio dos produtos, porém subiu 17%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 08 de julho.

Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU

No Brasil, 61,3 milhões (cerca de 3 em cada 10 habitantes) convivem com algum tipo de insegurança alimentar, sendo que 15,4 milhões se encontravam em insegurança alimentar grave, passando fome, no período de 2019 e 2021, aponta relatório das Nações Unidas.

Pelos países com dados comparáveis relacionados pela ONU, o Brasil é o que tem mais pessoas em algum grau de insegurança alimentar (moderada ou grave) nas Américas e o quinto no mundo, no período até 2021.

Houve um aumento significativo na comparação com o período de 2014 a 2016, quando 37,5 milhões passavam por algum nível de insegurança alimentar e 3,9 enfrentavam o nível grave.

Os dados são do relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo em 2022", divulgado na quarta-feira (6) por cinco agências da ONU.

Segundo a organização, o estado de insegurança alimentar moderada ocorre quando as pessoas enfrentam incertezas sobre sua capacidade de obter alimentos e são forçadas a reduzir, algumas vezes durante o ano, a qualidade ou quantidade de alimentos que consomem.

Já a insegurança alimentar grave ocorre quando, em algum momento durante o ano, as pessoas ficaram sem comida e passaram fome por um dia ou mais.

No mundo, o número de pessoas que são afetadas pela fome aumentou para 828 milhões no ano passado —um crescimento de 46 milhões desde 2020 e de 150 milhões desde o início da pandemia.

Os dados relativos ao período da pandemia de Covid-19 preocupam: após ficar sem alterações desde 2015, o percentual de pessoas no mundo afetadas pela fome saltou em 2020 e continuou subindo no ano seguinte, atingindo 9,8% da população mundial, ante 8% em 2019 e 9,3% em 2020.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 08 de julho.

Tribunais começam a liberar consulta aos precatórios do INSS

A consulta ao pagamento dos precatórios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em 2022 começou a ser liberada. No TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), que atende os segurados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já é possível saber se o pagamento será feito neste ano ou se ficou para 2023.

O TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), responsável por São Paulo e Mato Grosso do Sul, deve liberar os dados da consulta na semana que vem. Os demais tribunais não responderam.

Com o corte de 25% na verba dos precatórios, advogados poderão ficar sem receber os valores. O motivo são as mudanças previstas na emenda constitucional 114, originada da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que limitou o pagamento e liberou dinheiro para o governo gastar em ano eleitoral.

Com a abertura da consulta nos estados do Sul, advogados descobriram que o pagamento dos honorários não está previsto. A mesma regra do TRF-4 deverá ser aplicada no TRF-3, conforme a Folha apurou. Os demais tribunais não responderam à reportagem. A justificativa é que as prioridades da emenda 114 só contemplariam os credores das causas, não seus defensores.

Em nota, o CJF (Conselho da Justiça Federal), que repassa os valores aos tribunais, reafirmou que não haverá recursos financeiros para pagamento de todos os beneficiários em 2022, "restando para o exercício seguinte a previsão de quitação daqueles precatórios requisitados e não contemplados com recursos financeiros neste exercício."

O conselho confirmou que poderá haver casos de cidadãos que não irão receber, conforme a situação de cada tribunal.

"Importante destacar que cada TRF, por se tratar de jurisdições regionais distintas, possui sua lista de beneficiários cujas características podem não se assemelhar com a de outro TRF. Com isso, poderá haver casos de um mesmo tipo de beneficiário (ou situação) que receberá, mas que em outra região não receberá; seja pela indisponibilidade de recursos, seja pela ordem de precedência determinada pela EC 114/2021", diz o órgão.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 08 de julho.

INSS agenda perícia médica de auxílio só para 2023

Trabalhadores doentes que precisam passar pela perícia do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para conseguir o benefício por incapacidade podem ter de aguardar até 2023 por atendimento. Esse é o prazo que muitos segurados encontram ao fazer o agendamento no Meu INSS ou no telefone 135.

A fila, que chegou a 1 milhão de perícias represadas em maio, é reflexo de uma série de fatores, como a greve dos peritos médicos, que durou 52 dias, o fechamento das agências na pandemia de Covid-19 e a falta de servidores. Para especialistas, a espera acima de 45 dias descumpra a legislação e o acordo firmado com o STF (Supremo Tribunal Federal) em junho de 2021, válido até o ano que vem.

Em nota, o Ministério do Trabalho e Previdência afirmou que a Perícia Médica Federal realiza diversas ações para diminuir a espera dos segurados. "A principal delas é a antecipação das perícias sempre que for possível."

O órgão disse também que dará início, em breve, à liberação de benefícios previdenciários e assistenciais sem necessidade de perícia presencial, apenas com a entrega de documentos, a exemplo do que já ocorreu na pandemia de Covid-19.

"Está previsto ainda pagamento de bônus para perícias extraordinárias realizadas —o que deve aumentar a capacidade operacional da perícia médica. O pagamento será feito aos médicos que realizarem atendimentos além de suas metas ordinárias, conforme previsto na MP 1.113/2022, que já está em discussão no Congresso Nacional", informou o texto.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 07 de julho.

Comissão especial aprova PEC do Estado de Emergência

Por 36 votos a 1, os deputados aprovaram nesta quinta-feira (7), na comissão especial, o parecer à Proposta de Emenda à Constituição que institui estado de emergência até o final do ano (PEC 1/22), elaborado pelo deputado Danilo Forte (União-CE). O texto gera R\$ 41,25 bilhões de despesas excepcionais até 31 de dezembro, divididos entre benefícios sociais e econômicos.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 08 de julho.